

Os limites da política econômica gradualista

ALBERTO TÁMER FILHO

Estamos no fim do segundo ano do governo Collor. As medidas que o ministro Marcílio Marques Moreira vem adotando começam a criar um fio de esperança na sociedade brasileira. Observamos que não há choques à vista e temos uma relativa normalidade nos mercados financeiros. O governo acena com alguns acertos no setor público e até já se comenta o fim do monopólio da Petrobrás, causando convulsões em "nacionalistas-patriotas". Tem-se a impressão de que este caminho, doloroso, é o correto. Infelizmente, tal impressão pode estar errada.

O governo conseguiu, inegavelmente, grandes avanços na abertura econômica e na flexibilização da burocracia estatal. Sabemos, contudo, que o grande sustentáculo da estabilidade econômica hoje sentida é a ação das autoridades monetárias que, a partir de novembro, decidiram atuar com agressivas taxas de juros, por vezes de 50% reais no mês.

Essas medidas causaram forte desaquecimento do setor privado, levando a alguma desova de estoques e muitas liquidações. Dessa linha agressiva não escapou nem o setor básico de alimentos, que registrou em 1991 um mês de dezembro pior que o de 1983. A vitória do governo refletiu-se nos preços, que chegaram a recuar dois pontos percentuais em dezembro.

Em janeiro, a fórmula se repetiu com menos intensidade e, aparentemente, teremos um mês de fevereiro igualmente contracionista, a depender dos



leilões de títulos do Banco Central até hoje. Evidentemente, o governo destaca que essa medida será acompanhada de uma revisão nas contas públicas em breve.

O governo apostou na ação inibidora da política monetária que realmente surtiu efeito. Contudo, todos sabemos de suas limitações. Uma prolongada ação contracionista da política monetária conduz a um desaquecimento no setor privado, que, é claro, não pode permanecer indefinidamente.

Além disso, tal política superestimula fechamentos de câmbio, que passam a ocorrer em volumes acima dos desejados. No final de janeiro, tínhamos a entrada líquida de US\$ 4 bilhões em apenas 60 dias. É evidente que esse superávit criará a expansão monetária, dificultando a ação do BC. Outros fatores relevantes são o aumento da dívida mobiliária federal e a pressão sobre as contas do Tesouro.

Em janeiro, os números indicam a duplicação da dívida em Bônus do Banco Central (BBCs) em poder do público. E, finalmente, chegamos a um ponto em que não há mais estoques para fazer liquidações. Neste momento, juros elevados transformam-se em custo financeiro para ser repassado.

Além desses aspectos, temos ainda uma aguda redução da oferta do setor privado, o que aumenta os custos fixos unitários e a inadimplência generalizada do setor privado com o próprio governo. Ambos os fatos já estão ocorrendo.

Diante desse cenário, poderíamos afirmar que, se ainda há margem para fazer uma austera política monetária, esta não pode mais ficar abandonada, tendo de ganhar o jogo sozinha. Seus limites começam a ficar explícitos e seus efeitos colate-

rais, inconvenientes ao próprio objetivo da estabilização.

Neste interim, o governo se esforça em vender a ideia de que faz o que pode na área fiscal. O que ele pode é cortar algum gasto, fazer pequenas reformulações nas estatais e muito, muito, muito arrocho tributário sobre o setor privado. Também avisa que, no decorrer de 1992, esses ajustes serão gradualmente estabelecidos.

A resposta a esse suave ajuste "dentro do politicamente possível" pode ser uma sonora descapitalização do setor privado industrial, com pequenas alterações na inflação. Infelizmente, a economia parece estar por demais deformada para responder convincentemente a ajustes graduais no setor público.

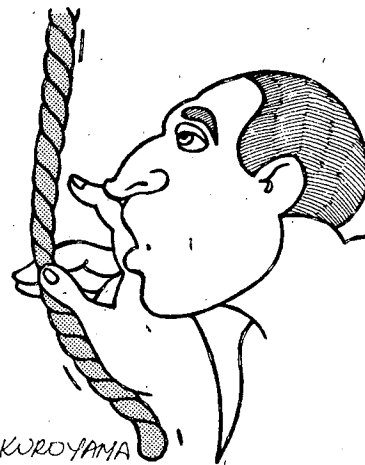
Neste momento, em que conseguimos arrefecer as expectativas de choques e de congelamentos e mantivemos um mínimo de estabilidade inflacionária, não vamos nos enganar: é de fundamental importância um agressivo, incisivo e muito mais abrangente ajuste na máquina do Estado. É preciso lançar imediatamente projetos para reformulação total da Previdência

Social, privatizando-a em parte, para o fim dos monopólios e a liberalização de regras, etc. A ideia de que o ajuste pode ser feito gradualmente nos próximos dois anos passa uma falsa impressão de que chegaremos lá, respeitando os chamados limites políticos.

Infelizmente, isso não ocorreu nos demais países que chegaram a uma hiperinflação como o Brasil. Apenas uma ação incisiva sobre o setor público, muitas vezes com um custo político bem acima do suportável, tornou viável a estabilização. Curiosamente, governantes que optaram por ações incisivas sobre o setor público recuperaram rapidamente seu prestígio, pois a maioria da população é beneficiada. Quanto mais tempo demorarmos para tomar essa medida, menor será a base produtiva de sustentação (setor privado), que continua enchendo.

Nesta avaliação devemos fazer restrição ao gradualismo que vem sendo adotado, pois, a se manter este índice inflacionário, ressurgirão propostas equivocadas de retornar a terapias de choque. A linha mestra do governo é acertada e a continuidade do ajuste precisa ser politicamente mais arrojada e incisiva na reestruturação do setor público.

Cabe aos representantes da sociedade, particularmente do setor produtivo privado (sindicatos e empresários), os grandes prejudicados neste processo, demandar do governo a ação imediata sobre a máquina pública. Portanto, devemos desconfiar do discurso de que é necessário um longo debate sobre essas medidas. Enquanto longos debates são feitos, empregos no setor privado se evaporam.



■ Alberto Tamer Filho, economista, é diretor da Lastro Assessoria Econômica.